

TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

**Informações financeiras
intermediárias em 31 de março de
2022**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Aos
Administradores, conselheiros e acionistas do
TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.
Paranaguá - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias do TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

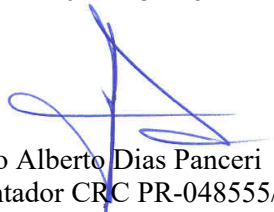
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 16 de maio de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/03/2022	31/12/2021	Passivo	Notas	31/03/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	284.620	216.693	Fornecedores		23.993	20.001
Contas a receber de clientes	5	72.621	75.266	Empréstimos e financiamentos	12	62.010	65.723
Estoques		1.709	1.345	Debêntures	13	404.852	385.661
Impostos a recuperar	6	23.509	34.584	Obrigação com o poder concedente	14	60.177	59.051
Outros créditos	11	27.596	23.043	Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	13.314	7.350
				Impostos e contribuições a recolher	17	7.236	6.318
		410.055	350.931	Dividendos	10	101.797	101.797
				Parcelamento dos impostos - REFIS	18	1.878	1.878
				Obrigações trabalhistas e sociais	16	25.289	31.632
				Outras obrigações		9.197	6.498
						709.743	685.909
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	15	4.728	4.630	Fornecedores		1.363	1.363
Direito de uso	8	962	1.155	Empréstimos e financiamentos	12	60.000	119.950
Contas a receber de clientes	5	5.634	5.634	Obrigação com o poder concedente	14	2.011.869	1.983.280
Imobilizado	8	1.228.045	1.232.350	Parcelamento dos impostos - REFIS	18	2.696	3.138
Intangível	9	1.690.223	1.699.652	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	20.250	17.899
				Impostos diferidos	7	53.634	45.692
		2.929.592	2.943.421			2.149.812	2.171.322
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19	109.379	109.379
				Reservas de lucros		370.713	327.742
						480.092	437.121
		3.339.647	3.294.352			3.339.647	3.294.352

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/03/2022	31/03/2021
Receita líquida de vendas	22	250.894	220.438
Custo dos serviços prestados	23	<u>(105.227)</u>	<u>(89.229)</u>
Lucro bruto		<u>145.667</u>	<u>131.209</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	23	(76)	(106)
Despesas gerais e administrativas	23	(12.402)	(13.659)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	23	(778)	(397)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	<u>(2.167)</u>	<u>6.511</u>
		<u>(15.423)</u>	<u>(7.651)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<u>130.244</u>	<u>123.558</u>
Receitas financeiras	24	5.780	1.120
Despesas financeiras	24	<u>(71.372)</u>	<u>(215.957)</u>
Resultado financeiro	24	<u>(65.592)</u>	<u>(214.837)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>64.652</u>	<u>(91.279)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(13.739)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	<u>(7.942)</u>	<u>30.750</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>42.971</u>	<u>(60.529)</u>
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído, por ação – R\$	21	<u>5,29</u>	<u>(7,46)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido (prejuízo) do período	42.971	(60.529)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>42.971</u></u>	<u><u>(60.529)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	109.379	12.639	476	-	122.494
Prejuízo do período	-	-	-	(60.529)	(60.529)
Saldos em 31 de março de 2021	109.379	12.639	476	(60.529)	61.965
Saldos em 31 de dezembro de 2021	109.379	21.875	305.867	-	437.121
Lucro líquido do período	-	-	-	42.971	42.971
Saldos em 31 de março de 2022	109.379	21.875	305.867	42.971	480.092

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido (prejuízo) do período	42.971	(60.529)
Ajustes de:		
Depreciações	16.203	16.184
Amortizações	15.955	16.838
Valor residual do ativo imobilizado baixado	7.918	537
Provisão juros sobre empréstimos	4.381	2.711
Provisão juros debêntures	17.613	21.703
Provisão juros arrendamento	20	47
Amortização custo de captação debêntures	1.578	1.578
Provisão juros contrato de exploração	46.803	189.323
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	778	397
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.351	617
Imposto de renda corrente	13.739	-
Imposto de renda diferido	7.942	(30.750)
	<u>178.252</u>	<u>158.656</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	1.867	(11.307)
Estoques	(364)	(155)
Outros créditos	(4.553)	(4.353)
Impostos a recuperar	11.075	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	(98)	(342)
Fornecedores	(2.217)	1.913
Impostos e contribuições a recolher	50	1.852
Obrigações trabalhistas e sociais	(6.343)	(4.938)
Outros passivos circulantes e não circulantes	2.699	2.298
	<u>180.368</u>	<u>143.624</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	180.368	143.624
Impostos sobre o lucro pagos	(7.349)	-
	<u>173.019</u>	<u>143.624</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>173.019</u>	<u>143.624</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de intangível	(5.848)	(2.858)
Adições de imobilizado	(14.092)	(5.610)
	<u>(19.940)</u>	<u>(8.468)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(19.940)</u>	<u>(8.468)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal)	(60.000)	(154.281)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	(7.923)	(7.390)
Pagamentos de arrendamento	(141)	(498)
Pagamentos contrato de exploração	(17.088)	(17.550)
	<u>(85.152)</u>	<u>(179.719)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	<u>(85.152)</u>	<u>(179.719)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>67.927</u>	<u>(44.563)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	216.693	205.874
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>284.620</u>	<u>161.311</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>67.927</u>	<u>(44.563)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/03/2022	31/03/2021
Demonstrações do valor adicionado		
Receitas (1)	<u>279.848</u>	<u>239.135</u>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	259.013	175.011
Outras receitas	23.247	65.033
Comissões e descontos	(1.634)	(512)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(778)	(397)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	<u>(55.196)</u>	<u>(43.311)</u>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(20.415)	(17.395)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(34.781)	(25.916)
Outras	-	-
Valor adicionado bruto (3) = (1) + (2)	<u>224.652</u>	<u>195.824</u>
Depreciação e amortização (4)	<u>(32.158)</u>	<u>(33.022)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (5) = (3) + (4)	<u>192.494</u>	<u>162.802</u>
Valor adicionado recebido em transferências (6)	<u>3.613</u>	<u>7.631</u>
Receitas financeiras	5.780	1.120
Outras	(2.167)	6.511
Valor adicionado total a distribuir (7) = (5) + (6)	<u>196.107</u>	<u>170.433</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>196.107</u>	<u>170.433</u>
Pessoal	<u>30.345</u>	<u>26.656</u>
Remuneração direta	24.604	21.814
Benefícios	4.247	3.726
F.G.T.S.	1.494	1.116
Impostos, taxas e contribuições	<u>51.419</u>	<u>(11.651)</u>
Federais	27.887	11.572
Impostos diferidos	7.942	(30.750)
Estaduais	6	5
Municipais	15.584	7.522
Remuneração de capitais de terceiros	<u>71.372</u>	<u>215.957</u>
Juros e custo das debêntures	70.084	215.144
Variações cambiais	193	8
Outras	1.095	805
Remuneração de capitais próprios	<u>42.971</u>	<u>(60.529)</u>
(Prejuízo) lucros retidos do período	42.971	(60.529)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (a "Companhia" ou "TCP") está localizado na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná, e tem por objeto a exploração das instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato.

O contrato de exploração do terminal do Porto de Paranaguá, possui prazo definido. Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (Appa) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. A Companhia cumpriu com as condições contratuais durante o período findo em 31 de março de 2022 e exercício anterior.

Em 23 de fevereiro de 2018, após a satisfação de todas as condições precedentes em contrato, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovaram a aquisição de 90% da TCP Participações S.A. (que detém 100% da Companhia) pela Kong Rise Development Limited que passou nesta data a ser a controladora da Companhia.

A Companhia possui uma equipe dedicada para gestão e controle do fluxo de caixa, considerando todas as especificidades em recebimentos (inadimplência, temporada de renovação de contratos, distribuição de inadimplência ao longo do ano e projeção de perdas esperadas), pagamentos (OPEX, CAPEX, folha de pagamento de colaboradores, fornecedores, outorgas e taxas) e controle de dívidas (cálculo de juros, projeções, repagamentos, comportamento dos índices, controle de covenants, etc.).

A qualquer sinal de incapacidade de honrar com os compromissos, a alta administração da Companhia é acionada e a equipe de gestão de caixa elabora um plano de ação de redução de custo, renegociação de dívidas ou novos financiamentos.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações conforme os cronogramas de vencimentos divulgados nas notas explicativas 13, 14 e 15.

A Companhia reconheceu um lucro de R\$ 42.971 no período e, em decorrência da característica do negócio apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 299.688 (R\$ 334.978 em dezembro de 2021). No mesmo período a Companhia gerou fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais no montante de R\$ 180.368 (R\$ 143.624 em março de 2021) e lucro antes das receitas e despesas financeiras de R\$ 130.244 (R\$ 123.558 em março de 2021).

Considerando este cenário e o papel estratégico da Companhia, a Administração analisa periodicamente a capacidade de fluxo de caixa frente às obrigações vigentes e tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

2 Base de preparação

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, observando as disposições contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 003/2011 de 28 de abril de 2011 e demais normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. A preparação destas informações intermediárias envolve julgamento pela Administração da Companhia acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgadas em notas explicativas.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

As informações financeiras intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2022 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 16 de maio de 2022. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das informações financeiras intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2022 são consistentes com as práticas descritas na Nota 2 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto.

Uma série de novas normas se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. Essas normas não tiveram impacto nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Obrigações com o poder concedente

Na mensuração da obrigação com o poder concedente a Companhia utiliza premissas para estimar a movimentação mínima futura de containeres e a proporção de remoção e movimentação de containeres. As principais premissas utilizadas nestas estimativas estão descritas abaixo:

- **Movimentação mínima futura:** É estimada pela Companhia com base nas projeções de budget, que consideram, entre outros, contratos vigentes, contratos em renovação e fontes externas.
- **Proporção de remoção e movimentação de containeres:** É estimada pela Companhia com base nos históricos destas operações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	7.420	2.300
Aplicações financeiras		
Banco Santander	42.593	14.803
Banco Itau	51.560	21.593
Banco Bradesco	22.039	26.955
Banco Paraná	33.344	32.653
Caixa Econômica Federal	6.365	6.237
Banco CCB	27.360	26.846
Banco BTG	10.364	10.157
Banco Safra	34.298	33.627
Banco XP Investimento	38.553	31.055
Banco ICBC	10.724	10.467
	284.620	216.693

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variam de 95% a 106% em 31 de março de 2022 (97,5% a 106% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não existem saldos com restrições de caixa. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem qualquer desconto.

A Companhia detém saldos em disponibilidades para receber fluxos de caixa contratuais e vende ativos financeiros para reinvestir em ativos financeiros com rendimentos mais elevados, buscando assim atender suas necessidades diárias de liquidez.

5 Contas a receber

	31/03/2022	31/12/2021
Cientes	71.962	44.406
Serviços prestados e não faturados	9.682	39.105
(-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(3.389)	(2.611)
	78.255	80.900
Circulante	72.621	75.266
Não circulante	5.634	5.634

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de março de 2022 os 5 principais clientes representam em torno de 38% (45% em 31 de dezembro de 2021) do total da carteira. Os saldos

referentes a contas a receber não circulante possuem processos judiciais nos quais garantias foram ajuizadas em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/03/2022	31/12/2021
A vencer	68.701	70.779
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	2.440	2.104
De 31 a 90 dias	886	894
De 91 a 180 dias	564	755
Acima de 180 dias	<u>9.053</u>	<u>8.979</u>
Total	<u>81.644</u>	<u>83.511</u>

Os valores apresentados na provisão para perda por redução ao valor recuperável representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e previsões de condições econômicas futuras para os exercícios findo em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A provisão para perda por redução ao valor recuperável totalizava R\$ 3.389 em 31 de março de 2022 (R\$ 2.611 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(2.611)	(1.516)
Constituição de provisão	(778)	(1.375)
Reversão de provisão	<u>-</u>	<u>280</u>
Saldo no final do exercício	<u>(3.389)</u>	<u>(2.611)</u>

Clientes vencidos que estão no ativo não circulante no valor de R\$ 5.634 em 31 de março de 2021 (R\$ 5.634 em 2021), estão em fase de cobrança judicial.

6 Impostos a recuperar

	31/03/2022	31/12/2021
Provisão IR s/aplicações	2.612	1.989
INSS a recuperar	904	904
IRPJ e CSLL a recuperar ⁽ⁱ⁾	4.184	4.142
Pis a compensar ⁽ⁱⁱ⁾	2.861	4.945
Cofins a compensar ⁽ⁱⁱⁱ⁾	<u>12.948</u>	<u>22.604</u>
Saldo no final do exercício	<u>23.509</u>	<u>34.584</u>

- (i) Referem-se à créditos tributários recuperados no primeiro trimestre de 2020.
- (ii) Em 31 de março de 2022 o saldo de PIS/Cofins totalizava o montante de R\$ 15.809 dos quais R\$ 11.408 referem-se a créditos extemporâneos e R\$ 4.401 a créditos correntes do exercício. Os créditos foram apurados utilizando como base a ampliação do conceito de insumos e os critérios de essencialidade e relevância e considerou operações dos exercícios de 2015 a 2019. Os créditos foram mensurados com o suporte de especialistas de forma que, somente foram considerados créditos em que existe posicionamento favorável e reconhecimento expresso da própria Receita Federal do Brasil formalizada em Solução de Consulta em casos idênticos.

7 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos sobre as diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e provisão para perda esperada) e sobre o prejuízo fiscal e base negativa. Adicionalmente, a Companhia constitui imposto de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do ágio e juros capitalizados sobre as obras em andamento. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	31/03/2022	31/12/2021
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27.455	23.113
Provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	3.389	2.611
Provisão bonus	1.930	4.764
Outras diferenças temporárias	4.559	4.285
Prejuízo fiscal	<u>146.771</u>	<u>164.480</u>
	<u>184.104</u>	<u>199.253</u>
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total imposto diferido ativo	<u>62.595</u>	<u>67.746</u>
Amortização do ágio	(130.069)	(131.295)
Juros capitalizados	(28.944)	(29.439)
Diferença taxa depreciação contábil X fiscal	<u>(182.838)</u>	<u>(172.907)</u>
	<u>(341.851)</u>	<u>(333.641)</u>
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total imposto diferido passivo	<u>(116.229)</u>	<u>(113.438)</u>
Total ativo (passivo) líquido	<u>(53.634)</u>	<u>(45.692)</u>

b. Impostos de renda e contribuição social – alíquota efetiva

	31/03/2022		31/03/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	64.652	64.652	(91.279)	(91.279)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	(16.163)	(5.819)	22.820	8.215
Adições permanentes	(7)	(2)	(11)	(4)
Diferença de alíquota	6	-	6	-
Incentivos fiscais	(76)	-	-	-
Outros	380	-	(205)	(71)
Total de tributos lançados ao resultado	(15.860)	(5.821)	22.610	8.140
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	8%
Tributos correntes	(10.020)	(3.719)	-	-
Tributos diferidos	(5.840)	(2.102)	22.610	8.140

8 Imobilizado

As movimentações do ativo imobilizado durante o período findo em 31 de março de 2022 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

Vida útil	<u>30 a 45 anos</u>	<u>5 a 15 anos</u>	<u>10 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>5 a 10 anos</u>	<u>5 a 15 anos</u>			
	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Veículos	Peças para reposição e outros	Leasing	Imobilizado em andamento	Total
Custo									
Saldo em 31/12/2021	<u>1.213.749</u>	<u>423.450</u>	<u>3.502</u>	<u>31.904</u>	<u>835</u>	<u>22.969</u>	<u>4.345</u>	<u>14.660</u>	<u>1.715.414</u>
Aquisições	2.343	4.873	4	615	320	7.959	-	3.509	19.623
Baixas	-	(1.432)	-	-	-	(7.089)	-	-	(8.521)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2022	<u>1.216.092</u>	<u>426.891</u>	<u>3.506</u>	<u>32.519</u>	<u>1.155</u>	<u>23.839</u>	<u>4.345</u>	<u>18.169</u>	<u>1.726.516</u>
Depreciação									
Saldo em 31/12/2021	<u>(226.623)</u>	<u>(229.101)</u>	<u>(2.266)</u>	<u>(19.986)</u>	<u>(716)</u>	<u>(27)</u>	<u>(3.190)</u>	<u>-</u>	<u>(481.909)</u>
Depreciação	(8.618)	(6.243)	(78)	(1.057)	(14)	-	(193)	-	(16.203)
Baixas	-	603	-	-	-	-	-	-	603
Saldo em 31/03/2022	<u>(235.241)</u>	<u>(234.741)</u>	<u>(2.344)</u>	<u>(21.043)</u>	<u>(730)</u>	<u>(27)</u>	<u>(3.383)</u>	<u>-</u>	<u>(497.509)</u>
Saldo em 31/12/2021	<u>987.126</u>	<u>194.349</u>	<u>1.236</u>	<u>11.918</u>	<u>119</u>	<u>22.942</u>	<u>1.155</u>	<u>14.660</u>	<u>1.229.007</u>
Saldo em 31/03/2022	<u>980.851</u>	<u>192.150</u>	<u>1.162</u>	<u>11.476</u>	<u>425</u>	<u>23.812</u>	<u>962</u>	<u>18.169</u>	<u>1.233.505</u>

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.
Informações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2022

	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Veículos	Outros	Direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
Custo									
Saldo em 31/12/2020	1.202.365	419.628	5.135	33.149	962	21.173	7.496	9.241	1.699.149
Aquisições	3.823	2.521	24	379	-	33	-	51	6.831
Baixas	-	(1.214)	-	-	-	-	-	-	(1.214)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2021	1.206.188	420.935	5.159	33.528	962	21.206	7.496	9.292	1.704.766
Depreciação									
Saldo em 31/12/2020	(192.960)	(212.420)	(3.442)	(21.066)	(962)	(27)	(4.992)	-	(435.869)
Depreciação	(8.501)	(5.808)	(95)	(1.049)	-	-	(731)	-	(16.184)
Baixas	-	677	-	-	-	-	-	-	677
Saldo em 31/03/2021	(201.461)	(217.551)	(3.537)	(22.115)	(962)	(27)	(5.723)	-	(451.376)
Saldo em 31/12/2020	1.009.405	207.208	1.693	12.083	-	21.146	2.504	9.241	1.263.280
Saldo em 31/03/2021	1.004.727	203.384	1.622	11.413	-	21.179	1.773	9.292	1.253.390

	Taxa média anual - %
<i>Edificações e instalações</i>	2,34%
<i>Equipamentos</i>	2,85%

As vidas úteis dos bens levam em consideração a data final do período de exploração e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

9 Intangível

Vida útil	5 anos	5 anos	25 anos	22 anos	
	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhamentos	Direito de exploração	Ágio	Total
Custo					
Saldo em 31/12/2021	151.914	6.027	2.112.411	159.503	2.429.855
Aquisições	6.526	-	-	-	6.526
Saldo em 31/03/2022	158.440	6.027	2.112.411	159.503	2.436.381
Amortização					
Saldo em 31/12/2021	(110.738)	(3.495)	(587.750)	(28.220)	(730.203)
Amortização	(4.152)	(53)	(10.523)	(1.227)	(15.955)
Saldo em 31/03/2022	(114.890)	(3.548)	(598.273)	(29.447)	(746.158)
Saldo em 31/03/2022	43.550	2.479	1.514.138	130.056	1.690.223
Saldo em 31/12/2021	41.176	2.532	1.524.661	131.283	1.699.652

	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhamentos	Contrato concessão	Ágio	Total
Custo					
Saldo em 31/12/2020	136.006	6.027	2.112.411	159.503	2.413.947
Aquisições	3.443	-	-	-	3.443
Saldo em 31/03/2021	139.449	6.027	2.112.411	159.503	2.417.390
Amortização					
Saldo em 31/12/2020	(91.129)	(3.280)	(545.659)	(23.312)	(663.380)
Amortização	(5.034)	(54)	(10.523)	(1.227)	(16.838)
Saldo em 31/03/2021	(96.163)	(3.334)	(556.182)	(24.539)	(680.218)
Saldo em 31/03/2021	43.286	2.693	1.556.229	134.964	1.737.172
Saldo em 31/12/2020	44.877	2.747	1.566.752	136.191	1.750.567

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração (incluindo o ágio) quando aplicável são amortizados com base no prazo do contrato.

O valor do ágio representa o valor da mais valia oriundo de aquisição devido à reestruturação societária realizada em 2011, apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. Nos períodos apresentados, não foram identificados indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação.

10 Partes relacionadas

No período de três meses findo em 31 de março de 2022, a Companhia consignou como remuneração dos Administradores o montante de R\$ 1.055 (R\$ 1.031 em 31 de março de 2021). Não existem planos de benefícios pós emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos Administradores da Companhia.

	Passivo	
	Dividendos	
	31/03/2022	31/12/2021
	(a)	(a)
TCP Participações	101.797	101.797

(a) Em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui saldo de dividendos a pagar a controladora TCP Participações S/A no valor de R\$ 101.797.

11 Outros créditos

	31/03/2022	31/12/2021
Adiantamentos fornecedores	3.718	2.932
Adiantamento despesas – reembolso antigos acionistas (i)	21.134	17.461
Seguros	636	1.665
Outros créditos	<u>2.108</u>	<u>985</u>
	27.596	23.043

- (i) Despesas incorridas com transações anteriores a 23 de fevereiro de 2018, data da assinatura do contrato de venda da TCP Participações S.A. para a China Merchants Port Holdings Company Limited. Essas despesas são, por natureza, honorários advocatícios, custas judiciais, acordos trabalhistas anteriores à data da competência e que serão reembolsados à Companhia de acordo com os ex-acionistas.

12 Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros	31/03/2022	31/12/2021
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 1,25%	121.123	184.665
Arrendamento	8,76%	<u>887</u>	<u>1.008</u>
		<u>122.010</u>	<u>185.673</u>
Parcela no circulante		62.010	65.723
Parcela no não circulante		60.000	119.950

Os empréstimos foram contratados em moeda nacional (R\$).

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante em 31 de março de 2022 ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2024	<u>60.000</u>
Total	<u>60.000</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

	31/03/2022	31/03/2021
Saldo inicial	185.673	341.013
Pagamentos de empréstimos (principal)	(60.000)	(154.281)
Provisão juros sobre empréstimos	4.381	2.711
Provisão juros arrendamento	20	47
(-) Pagamentos de arrendamento (principal)	(141)	(498)
(-) Pagamentos de juros sobre empréstimos e arrendamentos (i)	<u>(7.923)</u>	<u>(7.390)</u>
Saldo final	122.010	181.602

- (i) A Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa.

Os covenants vinculados aos empréstimos e financiamentos (exceto os mencionados abaixo) são mensurados anualmente e demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) Ajustado: igual ou inferior a 3;
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 2.
- Patrimônio líquido não inferior a 100 milhões.
- Pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio (JSCP) não devem superar o pagamento mínimo obrigatório;

Em 16 de fevereiro de 2018 a Companhia captou junto ao Banco Bradesco S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 300.000 os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,25% a.a.

A dívida possui como prazo de pagamento do principal os anos de 2020 a 2024.

No período findo em 31 de março de 2022 e no exercício anterior, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de covenants, desses empréstimos e financiamentos. Atualmente a Companhia não possui bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos

13 Debêntures

Em 15 de julho de 2016 foi aprovado pela Companhia conforme AGE a submissão pela Companhia do pedido de registro de Companhia aberta, como emissor na categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a captação através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória. Em 6 de setembro de 2016 conforme AGE foram alteradas determinadas características da 1ª emissão de debêntures aprovada na AGE de 15 de julho de 2016.

O processo de registro de Companhia Aberta, na categoria B, foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 27 de outubro de 2016. Este registro teve por objetivo viabilizar a emissão de debêntures para a execução das obras de ampliação do terminal, conforme compromisso assumido na renovação de seu contrato de exploração em abril de 2016, além do alongamento do prazo de pagamento das dívidas atuais de curto prazo da Companhia. A emissão ocorreu em 01 de novembro de 2016, cujo valor total foi de R\$ 588.142 em 3 (três) séries distintas, com prazos de pagamento variáveis para cada série, sendo de 3 anos o menor e 6 anos para o maior prazo de amortização. A remuneração é de 100% do CDI acrescido de 3,40% para as emissões de primeira série, 3,9% para as emissões de segunda série e IPCA + 7,82% para as emissões de terceira série.

Debêntures	Taxa (remuneração)	Taxa efetiva	31/03/22	31/12/21
Debêntures 1ª série	CDI +3,40%	16,16%a.a.	100.000	100.000
Custo captação			(2.657)	(2.657)
Juros e custos apropriados			22.101	22.101
Juros pagos			(19.444)	(19.444)
Amortização			(100.000)	(100.000)
Debêntures 2ª série	CDI +3,90%	15,74%a.a.	60.095	60.095
Custo captação			(1.800)	(1.800)
Juros e custos apropriados			13.950	13.950
Juros pagos			(12.150)	(12.150)
Amortização			(60.095)	(60.095)
Debêntures 3ª série	IPCA +7,82%	14,66%a.a.	428.047	428.047
Custo captação			(37.876)	(37.876)
Juros e custos apropriados			359.122	339.931
Juros pagos			(216.027)	(216.027)
Amortização			(128.414)	(128.414)
Total Captado			588.142	588.142
Total custo de captação			(42.333)	(42.333)
Total líquido captado			<u>545.809</u>	<u>545.809</u>
Total juros e custos apropriados			395.173	375.982
Juros pagos			(247.621)	(247.621)
Amortização			<u>(288.509)</u>	<u>(288.509)</u>
Saldo líquido atual			<u><u>404.852</u></u>	<u><u>385.661</u></u>

Os covenants vinculados as debêntures são medidos com periodicidade trimestral, com base nas informações financeiras combinadas da Companhia e sua coligada TCP Log S.A., e estão demonstrados a seguir:

- Caixa Mínimo Livre: igual ou superior a R\$ 50.000.
- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization):
 - (i) Igual ou inferior a 3,5 vezes, durante os trimestres relativos aos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018;
 - (ii) Igual ou inferior a 3,0 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 30 de setembro de 2019, inclusive.
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada:
 - (i) Igual ou superior a 1,75 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou seja, a partir de 30 de junho de 2018; ou
 - (ii) Igual ou superior a 2,00 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 30 de setembro de 2019, inclusive.

Em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais das debêntures emitidas.

A movimentação das debêntures está apresentada abaixo:

	31/03/2022	31/03/2021
Saldo no início do período	385.661	493.997
Provisão juros debêntures	17.613	21.703
Amortização custo de captação debêntures	<u>1.578</u>	<u>1.578</u>
Saldo ao final do período	404.852	517.278

14 Obrigações com o poder concedente

a. Registro da obrigação

Em outubro de 1998 o “antigo TCP” (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de exploração das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048).

Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”), a remuneração pela exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IPCA. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas de movimentação de contêineres (TEUS).

Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassem os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas.

Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R\$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível.

O valor registrado no passivo como “parcelas variáveis” refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela exploração. A Companhia está sujeita ao pagamento mínimo contratual, mesmo que não atinja e execute a movimentação mínima prevista, estando ainda sujeita a multas e demais penalidades previstas em contrato.

Em decorrência da prorrogação antecipada, o TCP fica obrigado a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade.

Os bens que integram o Contrato, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos

ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área arrendada ao Terminal.

O TCP fica obrigado a realizar obras para a construção de (i) 220 metros de cais, totalizando 1.099 metros no total, (ii) 157,5 mil m² de retroárea, totalizando 487 mil m² e (iii) construção de dolphins perpendiculares ao cais para atracação de navios de veículos. Os investimentos aprovados pela Resolução ANTAQ No. 3.677, de 3 de outubro de 2014, somam R\$ 543.174, em valores de 2014.

Em 7 de novembro de 2017 foi assinado o 11º termo aditivo ao Contrato que prorrogou o prazo da Cláusula Quinta do Décimo Termo Aditivo de 31 de dezembro de 2018 para 24 de novembro de 2019. Há ainda 180 dias de carência adicional ao prazo anterior, sem penalidades, para a conclusão da obra.

A Companhia entende, com base nos estudos dos responsáveis técnicos contratados para execução e supervisão das obras, que o novo prazo acordado no 11º Aditivo ao Contrato para realização da ampliação do Terminal, é suficiente para sua conclusão dentro do prazo estabelecido e sem risco de descumprir as cláusulas e termos do Contrato e seus Aditivos.

Adicionalmente ao montante previsto acima, o TCP deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, o valor mínimo de R\$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e recolocações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos.

Em 9 de setembro de 2021, a Companhia e a Administração de Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”) celebraram o 12º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento Portuário nº 020/1998 onde ficou acordado a alteração do índice de correção inflacionário da parcela fixa e variável da remuneração devida pela Companhia à APPA pelo direito de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá (“Remuneração”).

Na nova redação, ficou acordado que a remuneração passa a ser ajustada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), em substituição do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tendo seus efeitos a partir da data base de reajuste de novembro de 2019. Tal substituição se deve ao fato de que o índice IPCA passou a ser o índice utilizado nos novos contratos de arrendamento conforme disposto no Art. 23 da Resolução Antaq nº3.320, de 08 de janeiro de 2014, com isso, a Companhia passa a refletir a variação monetária mais próxima do que já é praticado pelo mercado e com menor risco de volatilidade.

Com base no IFRS 9 (CPC 48), a Companhia determinou que a mudança do índice inflacionário representou mudança significativa nos termos do contrato original. Consequentemente a Companhia desreconheceu o passivo original e reconheceu o novo passivo ao seu valor justo.

Na mensuração do valor justo da nova dívida, a Companhia considerou os termos específicos deste contrato de forma que não foram identificadas diferenças entre o valor justo e o valor nominal da nova dívida. Os termos considerados foram: (a) a dívida não detém um mercado ativo, (b) não pode ser negociada com terceiros e (c) as taxas e condições são substancialmente menores que as de mercado. Sendo assim, o valor nominal e o valor justo da nova dívida são idênticos.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:

	31/03/2022	31/12/2021
Parcelas fixas	472.203	462.313
Parcelas variáveis (movimentação mínima obrigatória)	<u>1.599.843</u>	<u>1.580.018</u>
Total	<u>2.072.046</u>	<u>2.042.331</u>
Parcela no circulante	60.177	59.051
Parcela no não circulante	2.011.869	1.983.280

A movimentação da obrigação da com o poder concedente está apresentada abaixo:

	31/03/2022	31/03/2021
Saldo no início do período	2.042.331	2.300.785
Pagamentos contratuais	(17.088)	(17.550)
Provisão juros	<u>46.803</u>	<u>189.323</u>
Saldo ao final do período	<u>2.072.046</u>	<u>2.472.558</u>

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação com o poder concedente, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2023	45.132
2024	61.704
2025	61.704
2026	61.704
2027	61.704
2028 a 2032	308.521
2033 a 2037	365.766
2038 a 2042	425.201
2043 a 2047	480.851
2048	<u>139.582</u>
Total	<u>2.011.869</u>

b. Intangível

Em 31 de março de 2022, o saldo do intangível relativo à exploração (vide nota 9) é de R\$ 1.514.138 sendo R\$ 2.112.411 de principal e R\$ 598.273 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativo ao direito de exploração, durante o período findo em 31 de março de 2022, foi de R\$ 10.523 (R\$ 10.523 em 31 de março de 2021), e encontra-se registrada sob a rubrica custos e serviços prestados, na demonstração do resultado do exercício.

15 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como a seguir indicado:

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/03/2022
Trabalhistas	17.245	2.351	-	19.596
Cíveis	<u>654</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>654</u>
	<u>17.899</u>	<u>2.351</u>	<u>-</u>	<u>20.250</u>
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/03/2021
Trabalhistas	13.098	617	-	13.715
Cíveis	<u>654</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>654</u>
	<u>13.752</u>	<u>617</u>	<u>-</u>	<u>14.369</u>

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

Em 31 de março de 2022, a Companhia mantém outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 185.215 (R\$ 181.920 em 31 de dezembro de 2021), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza.

	31/03/2022	31/12/2021
Tributárias	153.579	152.534
Trabalhistas	20.693	17.319
Cíveis	9.490	11.009
Outras	<u>1.453</u>	<u>1.058</u>
	<u>185.215</u>	<u>181.920</u>

No primeiro semestre de 2018 a Companhia foi citada do processo de execução fiscal nº 5013752-24.2018.4.04.7000, que engloba a cobrança de IRPJ/CSLL relacionado à Discussão Despesas da Exploração (exercício sociais de 2009 a 2012, no valor de R\$ 164.615) e Discussão Ágio Aquisição 2011 (meses de novembro e dezembro do exercício social de 2011, no valor de R\$ 5.369). A execução fiscal encontra-se com o juízo garantido (seguro garantia), sendo que na avaliação dos advogados a Discussão Despesas da Exploração possui probabilidade de perda remota e a Discussão Ágio Aquisição 2011 possui probabilidade de perda possível no montante de R\$ 5.369.

Em algumas causas em que a Companhia está discutindo judicialmente são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos.

Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/03/2022
Trabalhista	3.029	98	-	3.127
Cível e Tributário	1.601	-	-	1.601
	4.630	98	-	4.728
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/03/2021
Trabalhista	3.564	74	-	3.638
Cível e Tributário	1.601	-	-	1.601
	5.165	74	-	5.239

16 Obrigações trabalhistas e sociais

	31/03/2022	31/12/2021
Provisão de bônus	1.730	9.354
Salários a pagar	3.851	4.718
Provisão de férias e 13º	10.011	8.244
Outras obrigações trabalhistas	9.697	9.316
	25.289	31.632

17 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2022	31/12/2021
Contribuição social	3.719	2.345
Imposto de renda	9.595	5.005
	13.314	7.350
	31/03/2022	31/12/2021
ISS	5.953	2.860
PIS e COFINS	896	3.162
Outros impostos a recolher	387	296
	7.236	6.318

18 Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV

Amparada na Lei N.º 11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devido a pagamentos com créditos glosados pelo Fisco.

Na esfera judicial, a Companhia pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o êxito neste pleito é mais que provável.

A Companhia encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFIS.

Em 31 de março de 2022 e 2021 as dívidas relativas ao REFIS consolidando multas e juros reduzidos, perfazem os seguintes montantes:

	31/03/2022	31/12/2021
Passivo circulante	1.878	1.878
Passivo não circulante	2.696	3.138
	4.574	5.016

A movimentação dos saldos do REFIS é demonstrada a seguir:

	31/12/2021	Atualização monetária	Amortizações	31/03/2022
REFIS	5.016	400	(842)	4.574

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação do Refis, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2023	1.878
2024	818
Total	2.696

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2022, o capital social autorizado é de R\$ 109.379 (R\$ 109.379 em 31 de dezembro de 2021), representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

b. Dividendos / destinação do lucro

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, paragrafo 1º.

20 Instrumentos financeiros e riscos de mercado

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	31/03/2022			31/12/2021		
	Valor contábil	Valor justo (Nível 1)	Valor justo (Nível 2)	Valor contábil	Valor justo (Nível 1)	Valor justo (Nível 2)
Ativos financeiros						
<i>Classificados ao custo amortizado</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	284.620	284.620	-	216.693	216.693	-
Contas a receber de clientes	78.255	-	78.255	80.900	-	80.900
	<u>362.875</u>	<u>284.620</u>	<u>78.255</u>	<u>297.593</u>	<u>216.693</u>	<u>80.900</u>
Passivos financeiros						
<i>Classificados ao custo amortizado</i>						
Fornecedores	(25.356)	-	(25.356)	(21.364)	-	(21.364)
Empréstimos e financiamentos	(122.010)	-	(119.130)	(185.673)	-	(181.922)
Debêntures	(404.852)	-	(401.665)	(385.661)	-	(389.251)
Obrigação com o poder concedente	(2.072.046)	-	(2.072.046)	(2.042.331)	-	(2.042.331)
	<u>(2.624.264)</u>	<u>-</u>	<u>(2.618.197)</u>	<u>(2.635.029)</u>	<u>-</u>	<u>(2.634.868)</u>

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado (veja (c));
- Risco de crédito (veja (d));
- Risco regulatório (veja (e)); e
- Risco de liquidez (veja (f)).

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos cenários de apreciação e depreciação de 25% e 50%, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 30 de março de 2022 (último dia útil do mês) foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável,

sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Fator de risco	Risco	Saldo 31/03/2022	Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)	
			Cenário III (+25%)	Cenário V (+50%)
Ativos				
CDI - Aplicações financeiras	Queda do CDI	277.200	9.009	18.018
Passivo				
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(121.123)	(3.936)	(7.873)
Debêntures 3ª série	Alta do IPCA	(404.852)	(6.943)	(13.886)
Posição líquida/ impacto líquido		(248.775)	(1.870)	(3.741)
Taxas de CDI utilizada - %		13,00%	16,25%	19,50%
Taxas de IPCA utilizada - %		6,86%	8,58%	10,29%

Risco cambial

A Companhia possui risco cambial apenas pela exposição de conta corrente bancária em moeda estrangeira, o qual não apresenta impacto material.

Risco de preço

A presente estrutura tarifária cobrada pelas operações portuárias não é controlada pelo Poder Concedente de forma que os riscos de queda de preços e valor de mercado são significativamente mitigados. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 são como segue. O valor contábil se aproxima do valor justo:

	Valor contábil	
	31/03/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	284.620	216.693
Contas a receber de clientes (nota 5)	78.255	80.900
	<u>362.875</u>	<u>297.593</u>
Passivos financeiros		
Fornecedores	25.356	21.364
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	122.010	185.673
Debêntures (nota 13)	404.852	385.661
Obrigação com o poder concedente (Nota 14)	2.072.046	2.042.331
	<u>2.624.264</u>	<u>2.635.029</u>

d. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de março de 2022 e 2021, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de março de 2022 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

e. Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de movimentações, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. As operações da Companhia não possuem sazonalidade.

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do porto. A Administração avalia como remota a possibilidade de um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual que prejudique as operações da Companhia.

f. Risco de liquidez

As concentrações indicam a relativa sensibilidade do desempenho da Companhia a desdobramentos que afetam um segmento de atuação em específico.

Com o objetivo de evitar concentrações excessivas de risco, as políticas e procedimentos da Companhia contemplam orientações específicas para focar a manutenção de uma carteira diversificada. As concentrações identificadas de riscos de crédito são controladas e administradas de acordo.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 31 de março de 2022					
Obrigação com o poder concedente (nota 14)	60.177	106.836	185.112	1.719.921	2.072.046
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	62.010	60.000	-	-	122.010
Debêntures (nota 13)	404.852	-	-	-	404.852
Fornecedores	23.993	1.363	-	-	25.356
Em 31 de dezembro de 2021					
Obrigação com o poder concedente (nota 14)	59.051	119.613	181.686	1.681.981	2.042.331
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	65.723	119.950	-	-	185.673
Debêntures (nota 13)	385.661	-	-	-	385.661
Fornecedores	20.001	1.363	-	-	21.364

g. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas

projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, debêntures, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	31/03/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	122.010	185.673
Debêntures (nota 13)	404.852	385.661
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	<u>(284.620)</u>	<u>(216.693)</u>
Dívida líquida	<u>242.242</u>	<u>354.641</u>
Patrimônio líquido (nota 19)	<u>480.092</u>	<u>437.121</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>722.334</u>	<u>791.762</u>
Quociente de alavancagem	34%	45%

21 Lucro líquido (prejuízo) por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Em 31 de março de 2022 e 2021 a Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido (prejuízo) do período	42.971	(60.529)
Média ponderada das ações	<u>8.116.936</u>	<u>8.116.936</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (R\$)	<u>5,29</u>	<u>(7,46)</u>

22 Receita líquida de vendas

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para o período findo em 31 de março de 2022 e 2021:

	31/03/2022	31/03/2021
Operações de cais	125.147	113.415
Armazenagem	80.243	61.596
Receitas de pátio	53.623	49.870
Outros	<u>23.247</u>	<u>15.163</u>
Total da receita bruta	<u>282.260</u>	<u>240.044</u>
Deduções da receita:		
Impostos federais	(14.148)	(11.572)
Impostos municipais	(15.584)	(7.522)
Descontos	(1.634)	(512)
Total das deduções	<u>(31.366)</u>	<u>(19.606)</u>
Receita líquida de vendas	<u>250.894</u>	<u>220.438</u>

23 Despesas operacionais por natureza

	31/03/2022	31/03/2021
Custos dos serviços prestados	(105.227)	(89.229)
Despesas com vendas	(76)	(106)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(778)	(397)
Despesas administrativas	<u>(12.402)</u>	<u>(13.659)</u>
Total das despesas	<u>(118.483)</u>	<u>(103.391)</u>
Despesas por natureza:		
Custos Operacionais (INFRAMAR, OGMO, Transporte e Agenciamento de carga)	(20.421)	(17.400)
Despesas gerais	(7.174)	(6.581)
Amortizações e depreciações	(32.158)	(33.022)
Despesas com pessoal	(30.345)	(26.657)
Despesas com combustível	(9.309)	(3.829)
Despesas com manutenção	(6.301)	(5.767)
Energia elétrica	(11.997)	(9.738)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	<u>(778)</u>	<u>(397)</u>
Total do custo e das despesas	<u>(118.483)</u>	<u>(103.391)</u>

24 Resultado financeiro

	31/03/2022	31/03/2021
Despesas financeiras		
Encargos sobre o contrato de exploração	(46.641)	(189.256)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(59)	(49)
Juros s/empréstimos	(4.381)	(2.711)
Juros s/ debêntures	(17.613)	(21.703)
Variação cambial / monetária	(193)	(8)
Pis/Cofins sobre receita financeira	(264)	(52)
Custo das debêntures e empréstimos	(1.578)	(1.578)
Juros leasing	(20)	(47)
Outras	(623)	(553)
	(71.372)	(215.957)
Total		
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	5.610	1.062
Juros recebidos	77	9
Outras	93	49
	5.780	1.120
Total		
Resultado financeiro líquido	(65.592)	(214.837)

25 Outras receitas operacionais, líquidas

	31/03/2022	31/03/2021
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	3.292	10.318
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(4.341)	(3.015)
Baixa líquida de depósitos judiciais / provisão para riscos	(432)	(333)
Baixa de ativo imobilizado	(828)	(537)
Outras	142	78
	(2.167)	6.511

26 Seguros

Em conformidade com o Contrato de Direito de Exploração do Terminal Portuário, o TCP contratou Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custas processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao contrato. O seguro possui valor de até US\$25 milhões, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

Objeto da apólice

Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Direito de Exploração nº 020-98 e Primeiro ao Décimo Primeiro Termos Aditivos ao referido Contrato, para a implantação, a administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato.

Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia para garantir os pagamentos das parcelas fixas e variáveis no valor de até R\$29,5 milhões para garantir eventuais contingências judiciais

na esfera tributária a empresa possui seguro com valor de cobertura no montante de R\$ 215 milhões, com vigência até 3 de junho de 2024.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

27 Transações que não envolveram caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) item 44 - Demonstrações dos fluxos de caixa (IAS 7).

As transações que não envolveram caixa, e portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes:

- Aquisição de ativos intangíveis à prazo no montante de R\$ 678 (R\$ 2.186 em 31 de dezembro de 2021); e
- Aquisição de ativos imobilizados à prazo no montante de R\$ 5.531 (R\$ 2.284 em 31 de dezembro de 2021).

28 Eventos Subsequentes

Em 22 de abril de 2022 a Companhia captou um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 100.000 (cem milhões de reais) os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,25% a.a.

Não há obrigação de Covenants para esta captação.

O prazo de pagamento do principal e juros é de 12 meses.

* * *